

Educação e autogestão

Desafios e possibilidades no processo de formação de sujeitos coletivos da Economia Solidária¹

*Sandro Benedito Sguarezi², Juliano Luis Borges³,
Raimundo Nonato Cunha de França⁴, Romyr Conde Garcia⁵*

Resumo As transformações socioeconômicas das últimas décadas acarretaram graves consequências às relações de trabalho. Como resposta, trabalhadores encontraram na economia solidária um modelo alternativo de transformação social e geração de trabalho e renda. Neste contexto, este trabalho visa identificar desafios e possibilidades da relação entre autogestão e educação na formação de sujeitos nos empreendimentos econômicos solidários. A linha metodológica foi delineada pela pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas com sujeitos envolvidos nestes processos. Os resultados demonstraram a complexidade que envolve os conceitos de autogestão e educação, e igualmente apontam limites e caminhos para a formação dos sujeitos na construção da economia solidária.

Palavras-chave Educação; Autogestão; Economia solidária.

Abstract The socioeconomic transformations in the last decades have resulted in serious consequences to employment. In response, workers found in the solidarity economy an alternative model of social transformation and generation of both employment and income. In this context, this paper aims to identify challenges and opportunities of the relationship between self-management and education in forming subjects in solidarity economic enterprises. The methodological approach was outlined by qualitative research, based

-
- 1 Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) Edital. Nº 005/2008 e por meio do Termo de Cooperação MTE/SENAES/CNPq N. 017/2013/Processo/CNPq Nº.: 420503/2013-7 (Edital 089/2013).
 - 2 Universidade do Estado de Grosso (UNEMAT). Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Administração e ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGEdu/UNEMAT), linha Educação e Diversidade, e ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT). E-mail: sandrosguarezi@gmail.com.
 - 3 Instituto Federal de Educação do Mato Grosso (IFMT), lotado no Campus de Tangará da Serra-MT na área de Sociologia e vinculado ao Núcleo de Pesquisa Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT). E-mail: juliano.borges@tga.ifmt.edu.br.
 - 4 Universidade do Estado de Grosso (UNEMAT). Professor Adjunto vinculado ao Departamento de Letras e ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistema de Produção. Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade. E-mail: raimundofranca@gmail.com.
 - 5 Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Professor Adjunto vinculado ao Campus de Barra do Bugres-MT- Curso de Direito na área de Ciência Política e Sociologia Jurídica. Membro do Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade. E-mail: romyrconde@gmail.com.

on interviews with individuals involved in these processes. The results demonstrated the complexity involved in the concepts of self-management and education, and also point out limitations and ways for forming subjects in building the solidarity economy.

Keywords Education; Self-management; Solidarity economy.

Resumén Las transformaciones socioeconómicas de las últimas décadas han ocasionado graves problemas para las relaciones de trabajo. Como respuesta, trabajadores encontraron en la economía solidaria un modelo alternativo de transformación social y generación de trabajo y renta. Así siendo, es este trabajo, se busca identificar retos y posibilidades de la relación entre autogestión y educación en la formación de sujetos en emprendimientos económicos solidarios. La línea metodológica que se siguió fue la investigación cualitativa, mediante encuestas con sujetos que participan del proceso. Los resultados apuntan la complejidad que abarca los conceptos de autogestión y educación e indican, también, límites y caminos para la formación de sujetos en la construcción de la economía solidaria.

Palabras clave Educación; Autogestión; Economía solidaria.

Introdução

Com o processo de redemocratização do Brasil e o fortalecimento da sociedade civil, o cooperativismo passou a ocupar um espaço cada vez mais significativo na agenda econômica do país (GOHN, 2011). Mas, esse movimento não repercutiu no mesmo grau na agenda de pesquisas. No campo da gestão, os trabalhos de investigação são poucos e a maioria concentra seu foco na visão racional positivista de administração de empresas sem respeitar as particularidades, princípios e práticas de outras formas associativas de gestão coletiva. Estudar as particularidades e a realidade dos empreendimentos da economia solidária embasadas na autogestão, portanto, parece não só oportuno, mas necessário diante dos desafios de nosso tempo.

A organização dos trabalhadores de forma autogestionária por meio de uma nova economia (economia solidária) tem sido um dos grandes desafios para os empreendimentos. Desafio este concentrado em trazer o trabalhador para um novo olhar e um novo pensar, uma nova educação, na qual não há patrão, e sim companheiros de trabalho, em que não há salários, mas sobras⁶, ou seja, a educação para a autogestão.

6 O resultado econômico nas empresas capitalistas é definido pelo conceito contábil de lucro ou prejuízo. Nas cooperativas e nos empreendimentos econômicos solidários (EES), por sua vez, o conceito contábil é distribuição de sobras ou perdas.

Autogestão é um dos princípios básicos da Economia Solidária. É uma forma de se estabelecer relação dentro do trabalho que perpassa e adentra na forma como se conduz a própria vida em sociedade. É uma prática quase que inexistente dentro da dinâmica organizacional da nossa sociedade e por esse motivo se torna um tanto quanto complexa de ser apropriada. É um processo de aprendizagem do exercício da autonomia.

A construção de saberes por meio das experiências autogestionárias vivenciadas na economia solidária constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem por meio das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. Articulado a esses saberes, tem-se, fundamentalmente, o conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado à organização econômica do empreendimento solidário.

Entender até onde é possível pensar a autogestão como um processo de construção pedagógica é um desafio. Por isso, esta pesquisa buscou identificar os limites e possibilidades da autogestão no processo de organização dos trabalhadores e seu caráter pedagógico imanente.

Procurou-se estudar a relação entre autogestão e educação, e compreender esse movimento e o seu impacto nas relações de trabalho, confrontando limites e possibilidades com base nos sujeitos que fazem a economia solidária no estado de Mato Grosso.

O critério de escolha para as entrevistas foi o reconhecimento dos sujeitos da economia solidária nos espaços de referência do movimento. Em sua maioria, representam instituições que não apenas contribuíram na organização da II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), mas cooperaram para consolidar não só o conceito, mas práticas alternativas e contra hegemônicas. São sujeitos ligados a instituições e empreendimentos que atuam e são reconhecidos em diferentes âmbitos.

Ao todo foram realizadas 30 entrevistas durante a II CONAES, sendo selecionadas oito entrevistas relacionadas à temática da autogestão e educação. Nelas, foram contemplados três segmentos diferenciados: 1) incluiu representantes do poder público municipal, estadual e federal, gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário; 2) refere-se a membros das organizações da sociedade civil, como entidades de fomento e apoio à economia solidária, movimentos sociais e popula-

res; 3) traz representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação. O quadro 1 indica a distribuição das entrevistas por segmento e instituições que representam.

Quadro 1. Distribuição das entrevistas por segmento e instituição⁷.

Entrevistado	Segmento / Instituição
SINGER	1 / SENAES
RAMOS	1 / FINEP
BASTOS	2 / SNCJS
ICAZA	2 / REDE ITCP
VAILANT	2 / UNEMAT-INCUBEES
ZART	2 / UNEMAT-UNITRABALHO
CAVALCANTI	3 / MNCR
OLIVEIRA	3 / FES-TGA

Fonte: Sguarezi, 2011.

Como a pesquisa busca mostrar a educação para a autogestão em diferentes visões – pessoas que atuam nos empreendimentos econômicos solidários, pesquisadores do assunto e pessoas ligadas ao poder público –, escolhemos a abordagem de pesquisa qualitativa. Isso porque entendemos que a realidade é construída socialmente por compreensões que orientam o modo de investigar, no qual a análise se fundamenta na percepção do sentido das produções do sujeito, entrecruzando subjetividade e objetividade. Nesse sentido,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados mais visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2008, p. 28).

7 SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; SNCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; REDE ITCP – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; UNEMAT-INCUBEES – Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis da Universidade do Estado de Mato Grosso; INCUBEES/UNEMAT-UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; FES-TGA – Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra-MT.

Nesse quadro de referência, procura-se a compreensão das ações dos agentes, e essa tarefa só é possível se os sujeitos forem ouvidos com base em sua lógica. Isso permitiu perseguir a essência do fenômeno, fazendo emergir dessa busca a compreensão crítica do processo. De acordo com Raupp e Beuren (2006, p. 92):

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 92).

Os resultados apresentados demonstram a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária, autogestão e educação solidária, na construção da utopia concreta e do inédito viável freiriano, sinalizando caminhos para outra economia, para o desenvolvimento local sustentável e para outro mundo possível.

Autogestão e Economia Solidária

A autogestão tem como seus antecedentes os pioneiros do cooperativismo operário e surgiu como uma reação auto-organizada durante a Revolução Industrial no século XVIII. Entre os pioneiros, destacam-se: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, fundamentalmente, uma filosofia na qual o coletivo prevalece e busca-se construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido, e não na acumulação individual de riqueza com base na exploração do trabalho do outro.

Da experiência dos Pioneiros de Rochdale até chegar ao século XXI cresce, cada vez mais, a importância dessas práticas. O maior desafio para as organizações é conseguir a cooperação de seus quadros para alcançar um objetivo comum.

Nesse contexto, os movimentos sociais se articulam numa iniciativa de vanguarda no processo de construção de novas possibilidades em uma sociedade cada vez mais excludente. Uma sociedade autodestrutiva, viciada ao apego doentio do consumo material, que tem raízes ideológicas

profundas que ultrapassam e fragmentam o diálogo entre a economia e a política e, entre estas, a ciência. Coraggio (2010, p. 391) alerta que:

El neoliberalismo está presente, no sólo en el discurso del poder, sino también en nuestro sentido común. Representa una estructura construida y opera en base a determinadas categorías de pensamiento y de acción. Categorías que nos indican lo correcto, lo posible y lo que no es posible.

A autogestão não é a luz para todas as sombras. A autogestão não é o melhor dos mundos, mas pode fazer o mundo melhor. Estudar o fenômeno da autogestão é uma forma de compreender as diferenças significativas que incorporam a riqueza de contextos locais.

A autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias. A periodicidade dessas reuniões deve ser compatível com a disponibilidade dos agentes envolvidos (MOTHÉ, 2009, p. 26).

Os empreendimentos econômicos solidários incorporam a solidariedade como objetivo principal da elaboração das atividades econômicas e das relações de trabalho, fugindo da frivolidade, do mercantilismo e, ao mesmo tempo, valorizando o local. A autogestão acaba por ser um pilar da economia solidária, ou seja, ela é um de seus princípios.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

Em uma proposta de radicalização da democracia, a autogestão é uma estratégia de capilarização da participação direta nos assuntos que envolvem a comunidade. É uma forma de superar as falsas promessas da democracia representativa e chamar os cidadãos a serem protagonistas e construtores de novas possibilidades econômicas e sociais. É nesse âmbito de discussão e embate político que floresce a economia solidária.

Além de ser uma manifestação política, é uma tentativa de aglutinar forças. É assim que o processo enraíza-se e encontra formas de avançar na sociedade. A economia solidária, por meio da autogestão, não só participa do diálogo, como pode ser o movimento capaz de aglutinar essas forças e potencializar essas convergências, e isso exige uma capacidade de aprendizagem por dentro do processo de luta. Nesse sentido, a autogestão apresenta infinitas possibilidades na construção de *outro mundo possível*.

Paul Singer, um dos artesãos da economia solidária no Brasil, afirma:

A ES é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionária, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nelas atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham. A democracia na gestão dos empreendimentos (uma cabeça, um voto) é o que distingue a ES da economia capitalista (SINGER; KRUPPA, 2004, p. 92).

O Movimento de Economia Solidária surge embrionariamente dentro dos problemas gerados pela exclusão social da sociedade capitalista no período pós Revolução Industrial, dos séculos XVIII e XIX. É no conflito entre capital e trabalho, na tensão entre a economia de mercado e socialidade, que a economia solidária se apresenta como um projeto de organização dos trabalhadores.

É na diferença das relações de trabalho entre os seus sujeitos que se encontra, ao mesmo tempo, a tradição na busca do ideal do trabalho associado e a inovação da proposta, na qual o processo de formação e de educação solidária encontra possibilidades. É na forma de gestão que se define quando o empreendimento é de economia solidária, ou não.

Esse movimento casa o princípio entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com princípio da socialização desses meios (do capitalismo), [...] cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual [...] também por critérios acertados entre os cooperados (SINGER, 2003, p. 13).

Dessa forma, é pertinente afirmar que a economia solidária é uma construção e sua dinâmica se dá pelo diálogo franco e aberto, no qual seus sujeitos assumem uma postura de protagonistas do próprio destino na busca da satisfação não só dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, mas da sociedade. É um espaço de construção e de troca de saberes e de conhecimento. Portanto, as iniciativas autogestionárias são práticas contra-hegemônicas e ao mesmo tempo se constituem um espaço de educação solidária.

Educação solidária

A educação solidária é consolidada na produção coletiva dos saberes, na colaboração entre iguais para enfrentamento de problemas comuns àqueles que pertencem a determinado contexto ou, como sugere Mészáros (2005), em um processo educativo que estaria além das práticas educativas do e para o capital. A possibilidade de inventar/reinventar soluções particulares para problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo. Criação esta intrinsecamente demarcada pelos espaços de interação na tessitura dinâmica e inacabada das relações humanas.

Em nossa concepção, a educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais (MANCE, 2003, p. 11).

É nesse encontro que se estabelecem vínculos objetivos entre sujeitos, calçados na transgressão da realidade imediata cerceadora do desenvolvimento individual e coletivo, da autonomia e da consciência crítica. Essa ruptura exprime anseios de comunidades e organizações sociais que mediam em seu interior o desejo de mudança, ligada à satisfação material e não-material (simbólica) de existência.

Esse tipo de relações participativas *conformam*, em consequência, essa trama existencial de intensa significação e sentido para os participantes. É no e mediante o trabalho produtivo que os grupos definem a si mesmos, tanto no aspecto econômico como no educativo (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116, grifo do autor).

A educação solidária pressupõe a diversidade. Esta é expressa no pluralismo cultural, político e econômico, uma vez que a existência humana é múltipla e agrega diferentes relações sociais entre atores particularmente diversos.

O processo educativo que se pretende popular e solidário deve romper o paradigma pedagógico homogeneizador e incorporar novas dimensões que se articulem com o contexto histórico-cultural e a pluralidade que o compõe.

No processo de se encontrar e dar sentido, o sujeito coletivo desempenha um papel primordial. O processo chega a seu clímax quando o grupo consegue responder ao porquê e ao para quê de seu trabalho (GUTIÉRREZ, 2005a, p. 116).

O espaço dialógico da mobilização coletiva possibilita que as comunidades e grupos sociais se desenvolvam politicamente e valorizem os saberes produzidos nas interações entre agentes solidários. Os meios de construção de saberes são múltiplos e complexos, sendo, fundamentalmente, constitutivos e integradores, pois impulsionam relações sociais que criam vínculos comunitários.

Isso significa que a dimensão comunitária, que vai muito além da dimensão individual e familiar, constitui uma contribuição substantiva e nova aos processos educativos inerentes ao desenvolvimento sócio-político (GUTIÉRREZ, 2005, p. 23-24).

A educação solidária não pode ser dissociada do conhecimento cientificamente elaborado; deve interagir para a produção de concepções originais, adequadas às localidades. Essa relação, presente na escola e em outros espaços próprios, é vivenciada por metodologias adequadas, que provoquem o diálogo de conhecimento e a formação de conteúdos próprios.

Isso significa que a educação, voltada para os grupos sociais que se organizam com a finalidade de melhorar condições políticas e econômi-

cas, incorpora informações externas ao contexto particular, uma vez que o local é um fragmento do global. A educação não está à margem do desenvolvimento, pois incorpora elementos estruturalmente determinados. Diferentemente, em uma sociedade capitalista, o conhecimento é fundamentado em relações tipicamente mercadológicas, relacionadas à propriedade, ao trabalho, à economia e ao Estado.

Considerando a necessidade de formação e qualificação que demanda a sociedade atual, estes empreendimentos funcionam com déficit enorme. Porém, chama a atenção o fato de o investimento em educação não estar incorporado à dinâmica de funcionamento nem às suas prioridades. E nos referimos à formação não apenas como escolarização, mas também e fundamentalmente no sentido de gestão cooperativa e da capacitação e qualificação técnica e profissional (ICAZA, 2004, p. 48).

Quando grupos sociais se mobilizam, em virtude de um processo de exclusão produtiva e social, e decidem organizar um empreendimento econômico, suas ações estão inseridas, eminentemente, em relações de mercado. Trabalhar, produzir e vender exige conhecimento específico, mas não apenas este, visto que empreendimentos são compostos por indivíduos diversos, múltiplos, com concepções particulares sobre a realidade. Desenvolver habilidades e competências permite criar condições de viabilidade em empreendimentos coletivos.

Os sujeitos sociais, quando interagem na mobilização e ação coletiva, desenvolvem uma conscientização sobre seu contexto, que têm origem no processo educativo transformador e gerador de autonomia (FREIRE, 1997). Para o empreendimento solidário, essa característica é a base de todas as práticas, pois solidifica a autogestão, a democracia e a solidariedade entre os atores, permitindo construir novas capacidades produtivas e técnicas sem abandonar suas bases coletivas autogestionárias.

Autogestão e educação: limites e possibilidades

Os empreendimentos autogeridos são um espaço de construção de saberes e de conhecimento no qual o trabalhador alienado se transforma em sujeito. Todos dependem dos saberes e dos conhecimentos dos outros

e juntos protagonizam a participação responsável e autogestionária ou auto-eco-organizada. É, portanto, um espaço de criação e de criatividade centrado no humano, mas que respeita o outro e a natureza. Também é um espaço de contradições, de limites e de possibilidades. Porém, a questão é complexa porque toda possibilidade comporta também limites e, igualmente, todos os limites comportam possibilidades. O principal limite identificado junto aos entrevistados é a falta de formação.

Hoje ainda, o principal limite é a falta de formação do que é realmente a economia solidária. A falta de formação para participar. Para saber o que fazer no movimento a partir da nossa realidade. Nós temos que falar mais da nossa realidade. Precisa formação para diferenciar o individual do coletivo. As pessoas depois que sabem o que é economia solidária se apaixonam porque ela transforma a vida das pessoas... Por isso eu acho o maior limite a formação. Se as pessoas tiverem formação as coisas acontecem. Não só aqui no nosso município, mas em todo o Brasil, a partir do momento que você der formação, visitar, conhecer, explicar a diferença entre você trabalhar no individual e no coletivo as pessoas começam a se apaixonar pelo movimento, se apaixonar pelo que faz, e aí começa a transformação de vida deles. Está começando a autogestão. Mas tem que ter mais formação. Tem que trabalhar mais a formação, noção dos direitos que a gente tem. Como fazer? O que é economia solidária? Tem que trabalhar a formação pra cidadania, pra dignidade das pessoas. Isso é autogestão. Isto é economia solidária. Mais informação, mais formação, mais consciência das pessoas de como fazer as coisas de como conseguir entrar nos planos dos governos nas leis (OLIVEIRA, 2010).

Percebe-se que há uma necessidade de educar para a participação, mas não para qualquer uma, e sim para a participação direta. A formação de que a depoente fala é uma formação política qualitativa para a imersão dos sujeitos na sua realidade, na compreensão de seu contexto e na transformação deste. Um contexto de exploração, um contexto de cerceamento de direitos para muitos e de privilégios para poucos. Esse contexto exige uma formação que supere o limite do individualismo, respeite os indivíduos e possibilite um agir coletivo consciente, reflexivo e propositivo capaz de promover transformações sociais a que se propõe um projeto de economia solidária, como estratégia e política de desenvolvimento.

Os principais limites para implantar a autogestão nos coletivos de catadores a meu ver, é que historicamente nós somos uma categoria de excluídos. Nesse contexto histórico de pessoas excluídas, ainda hoje, na nossa categoria é baixo o nível de escolaridade do grande número de pessoas que atuam nos empreendimentos de economia solidária. Isso é um grande limitador para o avanço dos empreendimentos de catadores no sentido da autogestão. Do ponto de vista gerencial, do ponto de vista do entendimento e da compreensão da tecnologia da gestão, esse é o principal limitador para o avanço da autogestão no processo de organização dos catadores. Outro limite é a falta da cultura do trabalho cooperativo no Brasil. As pessoas estão dentro de um empreendimento coletivo, mas ainda presas a uma possibilidade de emprego (CAVALCANTI, 2010).

Se, por um lado, o baixo nível de escolaridade formal é um limite, por outro seria a falta de “cultura” para o trabalho coletivo, a falta do espírito de cooperação que prejudica as relações interpessoais. Não é possível pensar um processo produtivo coletivo alijado de tecnologias tampouco do processo de cooperação. Mas dentro dos empreendimentos se observa nos sujeitos da economia solidária uma disposição de partilhar o que se sabe com o outro, mesmo que seja um conhecimento de maior complexidade. Desde o ensinar a manusear uma prensa de material reciclável, a uma técnica de plantio, ou mesmo a digitar em um teclado de computador, existe uma predisposição em contribuir com o aprendizado do outro. Se as novas tecnologias exigem um grau de escolaridade mais elevado, por outro lado, hoje em dia não há como abrir mão de determinadas tecnologias para que o empreendimento ganhe sustentabilidade. Daí a necessidade de ampliar democraticamente o acesso a essas técnicas.

Compreender essa lógica de organização autogestionária que os empreendimentos econômicos solidários tentam implementar exige compromisso com a cidadania e com a responsabilidade coletiva, porque ser dono de um empreendimento coletivo não pressupõe uma relação verticalizada, mas sim a compreensão de um processo de organização horizontal de relações amplamente democráticas e isso esbarra no inconsciente coletivo. É importante compreender, dentre outras coisas, que

Nós não temos a formação dessas pessoas para o trabalho associado. Está muito distante. As próprias universidades, apesar de existirem alguns tra-

balhos isolados, no conjunto a universidade está muito distante dos empreendimentos econômicos solidários. Eu tenho colocado assim: como é que vamos trabalhar coletivamente se a nossa cultura política é autoritária? Não é apenas o Estado que é autoritário. A nossa cultura é autoritária, porque nós vivemos numa cultura na qual nós não sabemos ouvir o outro. Alguém fala e todo mundo fala ao mesmo tempo. Ou enquanto um fala o outro levanta e vai embora, despreza a fala daquele outro. Ainda tem a ideia da desconfiança, aquele cara eu conheço, eu sei que ele não presta por isso já não ouço ele, já me recuso a ouvir ele (ZART, 2010).

Superar a ausência dessa transcendência em *ouvir o outro* se faz urgente. Ouvir, nesse sentido, significa superar o autoritarismo arraigado nas nossas mentes, nas nossas ações e atitudes. Para acontecer o trabalho coletivo e superar essa cultura autoritária a qual o entrevistado se refere é fundamental, mais do que desprendimento, a construção de laços de confiança coletiva que superem esses preconceitos e possibilitem a autogestão. Mas, o processo de autogestão começa com as pessoas, portanto, cada sujeito precisa se predispor a isso, a partilhar e compartilhar dessa ousadia que também passa por um compromisso pessoal.

Existe uma inter-relação desses empreendimentos com os movimentos sociais, que propicia um espaço de autonomia no qual todos são sujeitos. A diferença é que os arranjos no trabalho coletivo são inteiramente novos em relação ao trabalho subsumido ao capital. Ninguém manda em ninguém, mas todos obedecem ao que foi previamente combinado no coletivo.

Eu diria que a autogestão influi enormemente. Nós temos exemplos de empresas recuperadas em que os trabalhadores eram empregados. Alguns deles por muitos anos. Empresas antigas, empregados velhos, que inclusive ficavam com a empresa para recuperá-la porque sabiam que não teriam nenhuma possibilidade no mercado de trabalho por causa da idade... Esses trabalhadores passaram por uma mudança radical porque enquanto assalariados eles não tinham nenhuma possibilidade, mas também tinham pouquíssimas informações, era segredo da direção se as coisas não iam bem, até a empresa afundar. Agora não, agora eles têm que compartilhar todas as informações porque as decisões são coletivas. Então isso significa a meu ver um processo, eu diria,

de tornar-se adulto. O trabalhador assalariado é um sem ação. Ele não tem nenhuma responsabilidade, nenhuma informação, ele obedece a ordens. E ele é treinado e é pago para fazer justamente o que o chefe deseja dele, e ponto final, se der tudo errado a culpa é do chefe não é dele. Agora mudou, a situação dele é totalmente de adulto. Ele sabe do que vai acontecer, ele toma decisões, poder ser voto vencido, ou voto vencedor pouco importa, tem consequências. Pode dar certo, pode dar meio certo ou nada certo, então é um processo de aprendizagem coletivo (SINGER, 2010).

Nesse processo de aprendizagem todos ganham. Vencido ou vencedor pouco importa, foi ele, o trabalhador, que decidiu, e não outro que decidiu por ele. Ou seja, o trabalhador adquire o *status* de sujeito do processo. Passa a ser protagonista das relações de trabalho e do processo de decisão e, nesse sentido, é o próprio trabalhador quem pensa, quem planeja e ao mesmo tempo executa o trabalho. Esse processo de aprendizagem solidária permite ao conjunto dos trabalhadores superar a ruptura taylorista entre quem pensa e quem executa o trabalho e a autogestão supera a sujeição do trabalho ao capital e passa a ser uma alternativa concreta dos trabalhadores alcançarem a sua autonomia.

Em grego, autonomia é o fato de seguir a própria lei. A autonomia do ser vivo emerge da sua atividade de autoprodução e de auto-organização. O ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, matéria e informação exteriores para sempre se regenerar. A sua autonomia é, portanto, dependente; a sua auto-organização, auto-eco-organização (MORIN, 2005, p. 205).

A autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro. Assim, ela promove o reencantamento do humano. Simultaneamente, busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho. Partindo do pressuposto de que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29), a autogestão é uma forma de libertação. Para Ramos (2010), “Uma realização concreta da autogestão é a possibilidade, é o reencontro com o sujeito, o indivíduo passa a se ver como um sujeito e ter uma autonomia dentro do seu processo de trabalho”. E essa

autonomia emancipa e liberta. O que não quer dizer que esse reencontro fique restrito ao processo de produção.

A possibilidade primeira é das pessoas redescobrirem que o trabalho não gera só a sobrevivência. Você vende o trabalho e recebe as horas da sua vida que você vende. É você, suas horas de trabalho, e morreu o seu compromisso com o mundo do trabalho. A primeira possibilidade da economia solidária é ressignificar o trabalho. Reorientar o trabalho é recolocar o trabalho, e colocar a vida no centro. Se o trabalho não serve a vida não tem razão de existir. Quando as pessoas compreendem essa mensagem da economia solidária elas passam a perceber o trabalho de forma diferente, a pensar que é por aqui o caminho. As pessoas passam a perceber que podem ser melhores, elas passam a pensar eu posso ser mais, eu posso fazer mais. Mas ainda tem outra possibilidade. A possibilidade do prazer de ser livre, ser livre no trabalho. Quando a pessoa percebe que ele tem a liberdade do que fazer, do como fazer, de fazer ou não fazer isso, mexe com as pessoas. Então essa mensagem vai se espalhando, vai tomando conta dos projetos institucionais, das políticas públicas, das universidades. Isso vai criando possibilidades diferentes, você vai levando essa mensagem e criando outra forma de se contrapor à ideologia capitalista. Começa no centro disso surgir outras versões, surgir um movimento de resistência, um movimento de contra hegemonia (VAILANT, 2010).

Superar o paradigma da subalternidade também é um ato de aprendizagem e ousar o protagonismo de transformação social está na gênese da prática da autogestão. Para Ramos (2010), “A autogestão traz um aspecto importante que é a questão da solidariedade. Quem trabalha a autogestão tem uma visão integrada do processo de trabalho para poder realizar, executar a solidariedade”.

Essa visão integrada do processo de trabalho também se configura como uma aprendizagem, visto que os trabalhadores foram instruídos para obedecer e não para pensar o processo de produção. Porém, esse processo de aprendizagem é muito relativo, as assimetrias, os hiatos a serem superados no processo de construção de alternativas autogestionárias são enormes, até porque existe uma variedade muito grande dessas iniciativas em andamento.

Cada empreendimento comporta uma realidade distinta, vive um processo diferente, encontra-se em estágios diferentes, com concepções e

objetivos diferentes. É importante compreender isso sob pena de cometer equívocos de interpretação. Cada realidade exige uma leitura diferente, justamente porque as lógicas se apresentam diferentes, daí a importância da problematização de cada contexto, de cada universo, de cada grupo. Um grupo de mulheres vai manifestar sua lógica de solidariedade diferentemente de um grupo de catadores, que também pode ser um grupo de mulheres. Um empreendimento criado a partir de uma necessidade de sobrevivência tem lógica distinta de um empreendimento forjado na militância política, mas pode comportar também, uma necessidade de sobrevivência, por exemplo. Então, é preciso cuidado e a acuidade aguçada do observador atento e preparado para observar e perceber como a autogestão se manifesta.

Uma empresa na qual o processo foi mais politizado, um pessoal mais politizado que tinha uma proposta realmente autogestionária, apesar das contradições eles tinham isso muito claro, muito forte porque era um valor fundamental, visto que já havia um processo educativo prévio. E outra empresa que surgiu mais em função do processo de terceirização. Não é que não se avance. É porque o motivo inicial dele é outro. Eles querem trabalhar de forma coletiva, mas eles já têm incorporadas determinadas práticas que impedem isso. E vir a propor, implantar um processo de autogestão como a gente entende muitas vezes é uma violência. Porque é da minha cabeça e não a partir do que eles colocam. Há uma inadequação. Isso no mundo sindical. O mesmo ocorre no mundo popular, com as mulheres, tem uma lógica muito forte da informalidade, das relações familiares, muito vai depender dessa lógica, desse universo. Eu acredito que a universidade está muito longe desse universo. O grande problema para o nosso trabalho é esse. Nós levamos uma ideia que nós temos como boa, e que é. Mas depois, nós não sabemos trabalhar a partir da prática. É preciso encontrar mecanismos de construção a partir da realidade, não só com base em discursos de valores individualismo versus coletivo. Tem que ser através de processos que as relações vão sendo construídas e compreendidas num processo de construção de confiança. Isso é difícil porque é um processo pedagógico inserido nessa contradição. É um processo de construção de coletivos de pessoas que se conhecem, que confiam e criam esse conjunto de relações. É difícil construir espaços onde eu consigo opinar, ser ouvido. São duas coisas: uma de construir processos metodológicos que

superem essa inadequação. E outro é o processo de falta da compreensão da cultura que vem de outros universos, de outras práticas, de setores que constroem culturas como eles funcionam. Não quer dizer simplesmente que seja bom ou ruim. Mas funciona de outra maneira porque vem de outro universo, de outras práticas que muitas vezes estão pautadas por outras práticas que não as relações de solidariedade, que não as de confiança mútua. Por onde que elas passam? Nós temos que trabalhar muito a partir do grupo, não a partir da ideia ideal. Eu percebo um distanciamento da universidade que normatiza muito isso que é muito distante dos processos de construção do grupo (ICAZA, 2010).

Apesar das dificuldades, essa realidade se concretiza em todos os cantos do país. Aprender novas relações de trabalho significa assumir uma nova postura no processo de produção e na vida. As pessoas passaram a acreditar que outro mundo é possível. As pessoas passaram a acreditar que o trabalho coletivo não é só uma promessa, é uma realidade concreta que depende única e exclusivamente de cada membro do grupo. Que cada sujeito pode contribuir com o grupo e que cada grupo pode retribuir e partilhar seus saberes e conhecimentos com base na reciprocidade, na solidariedade e, assim, o conjunto de coletivos ganha cada vez mais adesão e força.

O trabalho nos grupos é coletivo. A maioria dos grupos é de pequenos grupos. Você tem um número limitado de famílias atuando, mas na economia solidária eu percebo que há uma prática da autogestão. Existe autogestão. Para os grupos isso as vezes não é muito claro ainda esse processo, mas eles exercitam a autogestão, há um diferencial desses grupos da economia solidária. Isso é perceptível quando você passa a acompanhar os grupos. Apesar de todos os desafios que tem a economia solidária e que os empreendimentos enfrentam como a falta de recursos, de assistência técnica, falta de apoio na comercialização eles enfrentam e superam os desafios de forma extraordinária, de forma coletiva. Cada vez mais os grupos estão descobrindo a importância de estar juntos. Se antes eles tinham apenas o parâmetro interno do grupo hoje eles conseguem ver e se relacionar com outros empreendimentos, já percebem a possibilidade de formar uma rede, pensar o comércio juntos. Acredito que isso em função de todo esse processo que a gente tem vivido nesses últimos

anos, o processo de formação, o processo de organização da economia solidária está contribuindo com isso (BASTOS, 2010).

Esse depoimento mostra que existe um processo de aprendizagem intrínseco às relações de trabalho. Aprender a trabalhar em grupo e em um estágio mais avançado em rede é um processo que exige novos saberes, os quais são construídos no processo coletivo. Pode-se afirmar que, por sua peculiaridade, essa é uma possibilidade da autogestão e de uma sociedade solidária.

Considerações Finais

Nesse contexto de assimetrias, os movimentos sociais contra-hegemônicos procuram construir alternativas de ressignificação do trabalho e a economia solidária, por meio da autogestão, vem buscando dar respostas coletivas para os problemas dessa natureza. É dentro dos empreendimentos econômicos solidários, invisíveis e marginais à economia de mercado, que se realiza essa ressignificação. Não livre de contingências, experiências dessa natureza avançam no sentido de revelar novas práticas e novas relações de trabalho, apontando possibilidades e alternativas comprometidas com *outro mundo possível* e isso implica em mudar a nós mesmos, trabalhadores, o que se desdobrará sobre a sociedade.

No processo de construção de autogestão, os sujeitos da economia solidária compreendem não só as diferenças nas relações de trabalho, mas despertam para se conscientizar sobre os problemas e as contradições do sistema capitalista e da sociedade em que vivemos. Portanto, o processo de autogestão assume características pedagógicas que exigem a problematização do mundo e da realidade do empreendimento em que ele atua no contexto mundo. Essa problematização parte do concreto, da realidade do trabalhador para o seu contexto social. Esse processo de aprendizagem passa, necessariamente, pela crítica ao instituído e pela necessidade de construir alternativas de ressignificação das relações de trabalho e da própria sociedade.

As contradições paradigmáticas dos empreendimentos autogestionários na sociedade capitalista são muitas, mas começam pela necessidade de superar a cultura das relações de trabalho hierarquizadas da sociedade capitalista. É preciso um exercício do trabalhador para superar o paradig-

ma da heterogestão e isso inclui um esforço de reflexão que problematize a questão para que os trabalhadores estejam conscientes de sua opção de escolha no processo de tomada de decisão. Transcender da heterogestão para a autogestão é um desafio para os trabalhadores que, historicamente, foram submetidos a relações de trabalho subordinadas ao capital. Porém, percebe-se que, nos empreendimentos econômicos solidários, esse exercício é realizado no cotidiano, no próprio fazer da autogestão.

Apesar de a formação ser o maior limite apontado pelos entrevistados para o avanço da economia solidária, ela se apresenta como um processo de aprendizagem constante dos trabalhadores. A prática da autogestão exige essa reflexão e atitude crítica, criativa e coletiva. Exige, também, o preparo dos sujeitos da economia solidária para acessar as informações, compreendê-las, interpretá-las, visando à transformação das relações socioprodutivas em seu cotidiano.

Referências

SILVA, A. A. Mulheres no ataque: depoimento. [9 de junho, 1996]. São Paulo: **Revista da Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Cristiana Couto.

BASTOS, R. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

CAVALCANTI, C. A. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CORAGGIO, J. L. A modo de conclusión: algunos criterios para pensar las diferencias entre la economía de mercado y la economía social. In: CITTADINI, R. et. al (Orgs). **Economía social y agricultura familiar**: hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención. Buenos Aires: INTA, 2010.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GOHN, M. da G. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUTIÉRREZ, F. Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

_____. Alcances educativos do fator “C”. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia solidária**. São Paulo: Editora Cortez, 2005a. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.25).

ICAZA, A. S. M. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORIN, E. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. D.; *et al.* (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

OLIVEIRA, D. C. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

RAMOS, R. Entrevista [18 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais. In: RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. 263 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?co_dArquivo=13798>. Acesso em 01 out. 2013.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____.; KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária: Democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

_____. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

VAILANT, C. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.

ZART, L. L. Entrevista [17 jun. 2010]. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**. Entrevista concedida a Sandro Sguarezi.